



Revista de Políticas Públicas  
ISSN: 2178-2865  
revistapoliticaspublicas@ufma.com  
Universidade Federal do Maranhão  
Brasil

Teixeira Garcia, Maria Lúcia; Ribeiro Nogueira, Vera  
Maria; Forti, Valeria Lucília; Valente Santana, Joana  
AVALIAÇÃO DE LIVROS NA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL: reflexões (im)pertinentes  
Revista de Políticas Públicas, vol. 22, núm. 2, 2018, Julho-Dezembro, pp. 1009-1028  
Universidade Federal do Maranhão  
Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321158845021>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UFMA  
redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc  
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal  
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa  
acesso aberto

## AVALIAÇÃO DE LIVROS NA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL: reflexões (im)pertinentes

Maria Lúcia Teixeira Garcia<sup>1</sup>

Vera Maria Ribeiro Nogueira<sup>2</sup>

Valeria Lucília Forti<sup>3</sup>

Joana Valente Santana<sup>4</sup>

<sup>1</sup> Assistente Social, Doutora em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (USP), Professor Titular da Universidade Federal do Espírito Santos (UFES). E-mail: lucia-garcia@uol.com.br / Endereço: Universidade Federal do Espírito Santos - UFES: Av. Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras, Vitória – ES. CEP 29075-910.

<sup>2</sup> Assistente Social, Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Professora do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFSC e professora adjunta do Programa de Pós-graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas (UCPel). E-mail: veramrn@gmail.com/ Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Campus Universitário Prof. João David Ferreira Lima. Trindade, Florianópolis – SC. CEP: 88040-900; Universidade Católica de Pelotas - UCPel: Programa de Pós-graduação em Política Social e Direitos Humanos - Rua Félix da Cunha, 412 - Pelotas/RS. CEP: 96010-000.

<sup>3</sup> Assistente Social, Doutora do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Endereço: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ: Rua São Francisco Xavier 524, oitavo andar, bloco D, sala 8031D. Maracanã, Rio de Janeiro, RJ.

<sup>4</sup> Assistente Social, Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Professora da Faculdade e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: joanavs@terra.com.br / Endereço: Universidade Federal do Pará – UFPA: Avenida Augusto Correa, N. 01. Guamá, Belém-Pará. CEP: 66.075-110.

## **Resumo**

Este artigo objetiva divulgar algumas informações e considerações que possam suscitar reflexões sobre o processo de avaliação da produção em livros, realizado durante a quadrienal 2017, na Capes. Buscou-se sinalizar as temáticas abordadas, evidenciando alguns impasses e dificuldades sentidas pelos Programas. E, para isso, nossa apreciação teve em conta normativas do Serviço Social, particularmente, as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, pesquisas bibliográfica e documental e os dados produzidos pela Capes relativos aos 2 últimos ciclos de avaliação (Relatório de Avaliação da área de Serviço Social Trienal 2010 e 2013, Quadrienal 2017 e Planilha de avaliação de livros 2010, 2013 e 2017). O estudo busca indicar, também, alguns dos limites futuros à manutenção do atual modelo de avaliação de livros, em face dos esforços e custos que esse impõe aos Programas, à área e aos professores envolvidos.

Palavras-chave: Pós-Graduação, avaliação de livros, produção de conhecimento, Serviço Social.

## **EVALUATION OF BOOKS IN THE FIELD OF SOCIAL WORK: impertinent reflections**

### **Abstract**

The purpose of this article is to present some information and considerations that can stimulate reflections about the process of evaluation of books in the field, realized during the 2017 quadrennial at CAPES. The paper indicates the themes addressed, revealing some impasses and difficulties experienced by the programs. For this reason, our evaluation considered social service norms, particularly the Curriculum Guidelines of the ABEPSS, bibliographic and document research and data produced by CAPES concerning the past two evaluative cycles (The Evaluative Reports from the field of Social Work for the Triennials 2010 and 2013, Quadrennial 2017 and the analytic charts for the evaluation of books from 2010, 2013 and 2017). The study also sought to indicate some of the future limits to the maintenance of the current form of evaluation of books, considering the efforts and costs that this raises for the programs, the field and the professors involved

**Key words:** Post graduation, evaluation of books, production of knowledge, social work.

## **1 INTRODUÇÃO**

O Serviço Social é uma das 32 áreas que realizam a avaliação de livros como um dos indicadores da produção bibliográfica dos programas de pós-graduação (PPG), na medida em que considera essa forma de divulgação do conhecimento produzido como signifi-

cativa e relevante. Anteriormente a 2009, algumas áreas avaliavam os livros publicados pelos programas de pós-graduação a partir de uma adaptação da avaliação dos periódicos, considerando critérios de circulação, gestão editorial, impacto na área e outros indicadores.

A avaliação de livros foi implementada pela Capes na trienal 2010 (período 2007-2009), sendo antecedida por debates e experiência das áreas que realizavam essa modalidade de avaliação. Esses debates foram sistematizados e aprovados em reunião do Conselho Técnico Científico, em 2009. A preocupação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes, 2009) à época era “[...] construir critérios comuns para qualificar a produção intelectual e, assim, estabelecer orientações para a avaliação trienal”. Conforme definição do documento, o livro é um produto intelectual impresso ou eletrônico, para o qual é atribuído um *International Standard Book Number* (ISBN); deve conter no mínimo 50 páginas e ser publicado por editora pública ou privada, associação científica e/ou cultural, instituição de pesquisa ou órgão oficial. (CAPES, 2009). O documento indica também o escalonamento em estratos, de acordo com a pontuação obtida pelo conjunto das obras enviadas pelo programa de pós-graduação, variando entre L1 e L4, a partir da análise da comissão responsável pela avaliação.

A coordenação da área, à época, indicou uma comissão que definiu critérios gerais para a análise das obras, seguindo a orientação da Capes, e construiu um instrumento de avaliação composto por três itens: dados de identificação da obra, avaliação dos aspectos formais (autoria, fontes de financiamento, premiação) e avaliação do conteúdo do livro contemplando três quesitos: relevância temática, caráter inovador e potencial de impacto. A partir dessa definição, o instrumento de avaliação de livros tornou-se integrante do documento da área.

Na trienal 2010 foram avaliados 785 produtos (nesse número estão incluídos trabalhos completos em anais de eventos científicos, livros e capítulos de livros). À época, destacaram-se editoras como Cortez, Routledge, Hucitec, Elsevier, Palgrave, Macmillan, universitárias, entre outras (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2010).

Ao se consolidar o processo de avaliação de livros na trienal 2013 (2010-2012), os programas da área encaminharam 527 livros para avaliação. A aparente redução do número de obras se justifica,

pois contempla apenas livros sem repetição, bem como foram excluídos os anais de eventos científicos. Desse total de obras, 23,1% foram publicadas por editoras universitárias, 12,1% pela Cortez Editora, 4% pela Editora Outras Expressões e 3% pela Editora CRV. Já na quadrienal 2017, 36,2% dos livros foram publicados por editoras universitárias brasileiras, por iniciativa das próprias IES (e sem o selo da editora) e editoras comerciais. Constata-se a diversificação de editoras publicando obras de autores do Serviço Social. Isso simultaneamente traduz a evidência do avanço da profissão quanto às suas produções no campo literário e quanto à ampliação das possibilidades de divulgação. Exemplos disso são as editoras Lumen Juris, Papel Social, Expressão Popular e Saraiva.

Os números acima são parte de um processo que queremos explorar. Assim, este artigo tem por objetivo refletir sobre o processo de avaliação da produção em livros, sinalizar as temáticas abordadas e evidenciar alguns impasses e dificuldades sentidas pelos programas. Aqui consideraremos as seguintes variáveis:

- a) Tipo de editora (onde geralmente são publicados livros da área 32);
- b) Tipo de obra (integral ou coletânea);
- c) Produção do Instituto de Ensino Superior (IES) versus produção articulando diferentes IES (com quem estão sendo estabelecidas redes de pesquisa);
- d) Temática (que temas estamos investigando).

Realizamos pesquisa documental considerando os dados produzidos pela Capes relativos aos dois últimos ciclos de avaliação (relatórios de avaliação da área de Serviço Social trienal 2010 e 2013, quadrienal 2017 e planilha de avaliação de livros 2010, 2013 e 2017).

Este texto está estruturado em cinco seções: 1. Introdução; 2. O livro como veículo de divulgação científica para o Serviço Social; 3. Avaliação de livros na quadrienal 2017; 4. Considerações sobre o processo de avaliação de livros – quadrienal 2017 e Conclusão.

## 2 O LIVRO COMO VEÍCULO DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA PARA O SERVIÇO SOCIAL

Duas décadas após a regulamentação da profissão do Serviço Social no Brasil (agosto de 1953), implantam-se, em 1972, os primeiros cursos de pós-graduação no país, em nível de mestrado (um na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP e outro na PUC-Rio). Esses cursos eram pioneiros no continente latino-americano.<sup>1</sup> Nesse período, a produção de livros da área era incipiente, sendo a maior parte das obras composta por traduções de autores de outros países, essencialmente norte-americanos, utilizadas na formação profissional.

O primeiro curso de doutorado no Brasil foi instituído na PUC-SP, em 1980. Entre 1981 e 1989, foram titulados oito doutores em Serviço Social pela PUC-SP. Nos anos seguintes (décadas de 1990 a 2000), expandem-se os programas de pós-graduação no país, notadamente nas universidades federais. O impulso à formação pós-graduada se fortaleceu especialmente em função de dois fatos. O primeiro foi a aprovação da revisão curricular encaminhada pela Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS) (hoje Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS) em 1979, em Natal, com uma perspectiva crítica, o que demandou um aperfeiçoamento profissional em termos teóricos. O segundo, a integração de muitos cursos confessionais de Serviço Social no sistema federal de ensino superior nas décadas de 1960/1970, conferindo maior preocupação com a produção do conhecimento de forma mais sistemática e, conseqüentemente, com a formação pós-graduada. A instituição dos programas de pós-graduação trouxe como uma das consequências positivas a divulgação científica dos discentes e docentes através de periódicos e de livros.

A expansão da pós-graduação do Serviço Social no país seguiu a tendência crescente dos programas nacionais de pós-graduação. Se nos anos 1960 havia 38 programas de pós-graduação no país e nenhum deles na área de Serviço Social, em 2017 os programas da área representam 0,8% dos programas de pós-graduação existentes no Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). Em 2016 temos 34 programas de pós-graduação em funcionamento. Cabe destacar que a expressão percentual de 0,8% é uma das dimensões, mas não é a essencial, para a compreensão do importante papel da pós-graduação na área 32 – Serviço Social – para o SNPG. Os indicadores de

sua importância se expressam na defesa de uma formação pública, de qualidade, exclusivamente acadêmica e crítica. Aspectos que evidenciaremos a seguir.

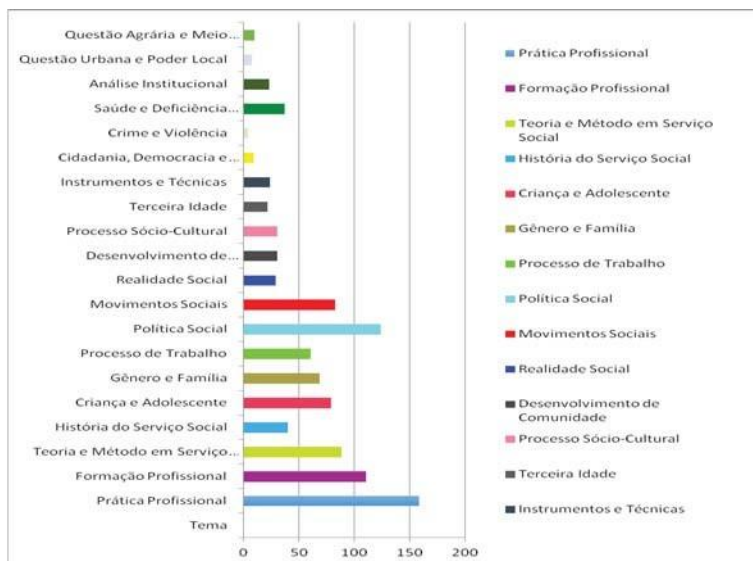
Em termos quantitativos relacionados à formação pós-graduada, Kameyana (1998) afirma que, entre 1975 e 1997, foram titulados 958 mestres e 70 doutores. Essa produção de teses e dissertações constituiu importante acervo para a profissão:

A produção de conhecimentos em Serviço Social engloba uma vasta e variada gama de temáticas, na medida em que, cada vez mais, ocorre uma ampla interseção com a dinâmica da sociedade, como por exemplo, a consolidação democrática, a extensão da cidadania, a mundialização e a crise econômica, a redefinição do Estado e da Sociedade Civil, a flexibilização das relações de trabalho, a ampliação do desemprego, o acirramento da pobreza, o processo de urbanização e produção do espaço construído, a violência de jovens e adultos, o planejamento, as políticas públicas, etc. Dentro deste contexto, as temáticas do Serviço Social estão intimamente imbricadas com os acontecimentos que ocorrem na sociedade e que rebatem na profissão em termos de demandas ou requisições (KAMEYANA, 1998, p. 4).

Ou seja, cada época produz suas próprias preferências temáticas, embora estas não decorram de uma relação unidimensional entre uma realidade social determinada e a produção de conhecimentos. O Serviço Social caracteriza-se por conter, ao mesmo tempo, uma dimensão intelectual e uma dimensão interventiva, que, embora distintas, são complementares e reflexivas. Ao enfrentar o desafio de decifrar a dinâmica da sociedade e do Estado e suas determinações no âmbito profissional, constrói conhecimentos que, por sua vez, não de forma linear e direta, contribuem para a formação e o exercício profissional. Ademais, enfrenta o desafio de decifrar a dinâmica da sociedade e do Estado e suas determinações no âmbito profissional.

Em seu trabalho sobre a produção de conhecimentos em Serviço Social, Kameyana (1998) indica os temas apresentados no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Temáticas de Dissertações e Teses 1975-1997\*



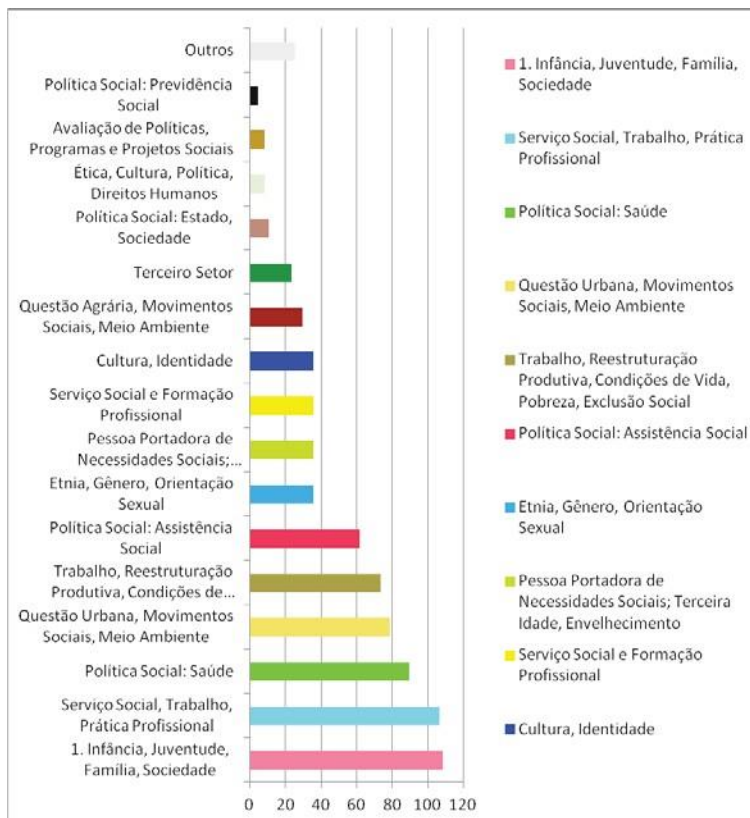
Fonte: KAMEYAMA, N. A trajetória da produção de conhecimentos em Serviço Social: avanços e tendências (1975 a 1997). Cadernos Abess, São Paulo, n. 8, p. 33-76, 1998.

Nota: (\*) Excluímos 5 trabalhos cadastrados na PUC/RS como Extensão.

Silva e Carvalho (2007) atualizam esse quadro, apresentando os dados relacionados às teses e dissertações defendidas entre 1998 e 2002 (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Temáticas das teses e dissertações da área de Serviço Social 1998-2002



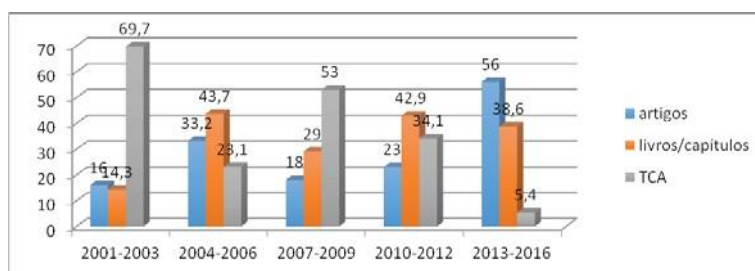
Fonte: SILVA, M.O.S.; CARVALHO, D.B.B. A pós-graduação e a produção de conhecimento no Serviço Social brasileiro. Revista Brasileira de Pós-Graduação, Brasília, DF, v. 4, n. 8, p. 192-216, dez. 2007. Disponível: <<http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/129/123>>. Acesso em: 3 maio 2017.

As autoras destacam o eixo temático Política Social (nas suas diferentes expressões), que representou 21,6% das teses e dissertações. Se compararmos aos dados da pesquisa de Kameyana (1998) (12,9%), registramos um crescimento do tema. É mister associarmos esse crescimento a dois fatos: a expansão dos cursos de Pós-Graduação em Política Social e Políticas Públicas na área (cursos da Universidade de Brasília - UnB e da Universidade Federal do Maranhão

- UFMA) e o período pós-aprovação da Constituição de 1988 (com aprovação do Sistema Único de Saúde - SUS, o debate da Política Nacional de Assistência Social - PNAS, entre outros). Destaca-se aqui o crescimento observado na produção dessas duas políticas.

O crescimento quantitativo e qualitativo progressivamente aparece na publicação em livros, a qual variou entre 14,3% (2001-2003) e 43,7% (2004-2006). Esse crescimento acompanha a expansão dos Programas da área, ocorrida a partir do ano de 2001 (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Proporção da produção bibliográfica por tipo.



Fonte: Sistematizado pelas autoras, com base na: COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Relatório da Avaliação Quadrienal 2017: Serviço Social. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/relatorios-finais-quadrienal-2017/20122017-Servico-Social-quadrienal.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

As variações numéricas observadas no gráfico acima reque-rem algumas considerações:

- O cadastro das informações melhorou progressivamente e permitiu a exclusão dos registros repetidos; ou seja, os percentuais variaram conforme os dados foram melhor sistematizados;
- Os sistemas de organização da informação utilizados pela área (trienal 2013 e quadrienal 2017) contribuíram para a sistematização do trabalho. Em 2013, o sistema foi desenvolvido pelo Núcleo de Informática da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e, em 2017, por um técnico contratado para esta finalidade;
- A eliminação, pelos sistemas, de dados registrados de forma incorreta; assim, os números expressam apenas dados válidos. Além disso, no caso específico de anais, a área

passou a avaliar apenas os eventos nacionais e internacionais. Por exemplo, na quadrienal 2010-2012 foram 685 registros (sem repetição), sendo 382 coletâneas, 156 livros integrais e 147 anais.

Para a área, o livro é um veículo de suma importância, pois representa em torno de 40% da produção intelectual. É importante salientar que a classificação de livros tem como objetivo avaliar a produção bibliográfica do programa, o que não pode ser confundido com avaliação dirigida aos docentes ou discentes, individualmente.

A avaliação dos livros da área é aplicada para classificação de parte da produção intelectual que resulte de investigação em suas diferentes modalidades, tendo em vista suas especificidades: o tipo do produto (obra integral, coletânea temática, atlas e dicionário – obras de verbetes) e a natureza da obra (científica, didática e técnica). Como um processo desenvolvido em todos os programas de pós-graduação envolvendo coordenação e docentes, faz-se necessário explicar os procedimentos adotados no sentido de qualificar, ainda mais, a posição da área no quesito avaliação de livros.

### **3 AVALIAÇÃO DE LIVROS NA QUADRIENAL 2017**

A avaliação de livros nos moldes atuais é um processo complexo que foi sendo aprimorado, ao longo das últimas avaliações da Capes, pela representação da área com a colaboração dos programas e de comissões formadas para esta atividade. A avaliação de livros compreende uma série de etapas envolvendo diversos sujeitos e processos, as quais se descrevem a seguir.

#### **3.1 Antecedentes da avaliação**

A sistemática adotada para o processo de avaliação dessa produção, no quadriênio 2013-2016, observou os mesmos critérios utilizados na trienal 2010-2012 e compreendeu três fases: preparatória, sistematização do material recebido e análise pela comissão.

Antecedendo ao trabalho da comissão, composta por 15 professores, foi enviada mensagem aos coordenadores de programas da área, visando esclarecer acerca do envio das produções de seus programas de pós-graduação, tanto de livros quanto de trabalhos completos em anais. Na oportunidade, foram ressaltados alguns pontos

que poderiam ocasionar equívocos na remessa do referido material e inviabilizar a avaliação.

Outro encaminhamento que precedeu à reunião da comissão foi o desenvolvimento de um programa/aplicativo para sistematização e análise do material a ser apreciado nessa área – ou seja, especialmente para o Serviço Social – compatível com o resgate dos dados contidos na Plataforma Sucupira. Esse programa organizou os dados por biênio (2013-2014; 2015-2016).

Nessa última etapa de avaliação, a comissão procedeu à análise:

- a) De materiais de 2013-2014 dos 4 programas que não enviaram anteriormente (Universidade Federal de Alagoas - UFAL, Universidade Estadual do Ceará - UECE, Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, Universidade Federal Fluminense (UFF) - Mestrado em Serviço Social e Desenvolvimento Regional), além de materiais faltantes remetidos pelos demais programas;
- b) De materiais de 2015-2016 que foram enviados pelos 34 programas da área.

Como procedimento inicial, todas as obras recebidas foram organizadas por bibliotecárias da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), sob a supervisão dos docentes do Departamento de Biblioteconomia da mesma universidade e da coordenação da área, verificando o cadastro na plataforma e os dados principais da obra (em especial, checagem de ISBN, título, tipo de produção e autoria). Essa organização facilitou o trabalho da comissão, que não avaliou livros sem ISBN ou com informações incorretas sobre a obra, nem obras publicadas em gráficas sem submissão a conselho editorial. Além disso, foram excluídas as obras que não constavam na planilha Excel fornecida pela Capes, ou seja, as obras que não foram registradas na Plataforma Sucupira, os livros publicados em anos anteriores à avaliação e, ainda, os artigos em periódicos (que foram, equivocadamente, enviados por alguns programas).

A comissão, inicialmente, realizou reunião para divisão das tarefas, familiarização com o programa/aplicativo a ser usado e apropriação da metodologia de avaliação, a qual foi realizada em dupla pelos professores componentes da comissão.

A avaliação propriamente dita constou de dois aspectos – os formais e os qualitativos, utilizando-se os critérios da comissão anterior. A comissão procedeu também, na mesma ocasião, à avaliação dos eventos.

## **3.2 Avaliação de livros pela comissão**

A listagem inicial, fornecida pela Diretoria de Avaliação da Capes, foi construída a partir das informações do Coleta Capes, que continha 3218 registros de produções em livro (obras integrais e capítulos de livros). Na listagem foram encontrados 47 registros errados – sem ISBN ou com o respectivo campo preenchido por letras ou palavras (xxxx ou no prelo, por exemplo), além de 6 registros de trabalhos publicados em anais de eventos científicos. Dos 3165 títulos restantes, foi excluída a produção discente sem participação docente. Dessa maneira, restaram 706 obras que foram analisadas pela comissão.

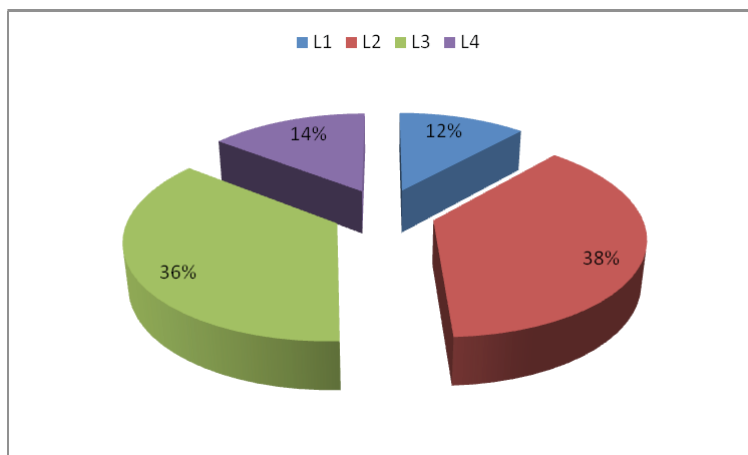
Durante o processo de avaliação, a comissão realizou duas reuniões com a presidente da ABEPSS para discutir aspectos importantes sobre a produção intelectual da área, problematizando questões relevantes ao tema, tais como:

- a) O número ainda expressivo de obras que foram listadas na Plataforma Sucupira e não enviadas pelos PPGs, impossibilitando a avaliação. Entre 2013 e 2016, 265 obras não foram enviadas;
- b) Envio incompleto do material para avaliação (cópias xerox da capa do livro ou da capa e capítulo de autoria do docente do PPG sem as demais partes imprescindíveis para a avaliação dos aspectos formais e qualitativos da obra);
- c) Obras listadas na Plataforma Sucupira como livros, no entanto, eram de outra natureza, por exemplo: trabalhos técnicos, cartilhas de divulgação, manuais de autoria institucional sem identificação de autoria de docente do PPG etc.;
- d) Obras com o ISSN ou o ISBN incorretos, ou seja, as informações entre o registro na Plataforma Sucupira e as constantes no livro não eram as mesmas;

- e) Títulos da obra cadastrados não correspondentes ao da obra publicada;
- f) Mesma obra registrada com ISBN de 10 e 13 dígitos;
- g) Obras reimpressas (portanto não se tratava de obra nova);
- h) Obras publicadas como reedição, mas com ISBN de edição anterior a 2013;
- i) Indicação de obras elaboradas com autores de outras áreas em referência à possível produção interdisciplinar, mas sem tornar clara a relação entre as disciplinas, os temas, a área de concentração e as linhas de pesquisa do programa; ou seja, obras cujos temas não têm qualquer relação com o Serviço Social, com autorias de diversas áreas, inclusive, de assistente social, para serem computadas como obras da área (do Serviço Social).

Em todas as situações em que a comissão identificou erros, a obra não foi avaliada. Assim, só receberam avaliação (sendo enquadradas entre os estratos L1 e L4) as obras corretamente registradas na Plataforma Sucupira (Gráfico 4) e enviadas para avaliação.

Gráfico 4 - Distribuição dos estratos dos livros



Fonte: (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2017).

A comissão destaca que alguns programas se sobressaíram pelo cuidado no registro das obras na Plataforma Sucupira e pelo

envio das obras para a avaliação, o que, logicamente, favoreceu o trabalho da comissão e a avaliação positiva do programa e da área.

Quanto ao desenvolvimento dos trabalhos, houve unanimidade entre os integrantes com relação ao alto grau de responsabilidade da tarefa e também quanto ao entrosamento positivo que ocorreu, favorecendo trocas e cooperação constante entre todos os avaliadores.

#### **4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE LIVROS – QUADRIENAL 2017**

O trabalho desenvolvido permitiu tecer considerações a serem compartilhadas com os coordenadores, tanto para contribuir com os programas ao apontar algumas questões relevantes percebidas como, igualmente, favorecer o debate na área, a partir dos subsídios obtidos neste processo avaliativo. Essas considerações não se situam como um diagnóstico, mas como pontos de referência para serem debatidos entre professores, coordenadores de programas e ABEPSS.

##### **a) Qualidade da informação registrada:**

- a insuficiência de registros relacionados à produção com os grupos de pesquisa/estudo, as linhas de pesquisa e as áreas de concentração dos programas;

- a fragilidade de alguns registros, a qual, muitas vezes, se deve à precária realidade administrativa dos programas, de um lado, e, de outro, à falta de detalhamento dos currículos Lattes pelos docentes;

##### **b) Questões de conteúdo da produção:**

- ausência de articulação entre as obras e a área de concentração, linhas de pesquisa do programa e os projetos de pesquisa dos docentes (Tabela 1).

Em termos percentuais, os livros vinculam-se à área de concentração (91,8%) e às linhas de pesquisa (88,1%); todavia, mais da metade dessas obras não estão vinculadas aos projetos de pesquisa dos docentes (52,4%). Por fim, 8,22% das obras ou partes não estavam vinculadas a nenhuma das possibilidades (área, linhas de pesquisa e projetos de pesquisas).

Tabela 1 - Vinculação das obras à área de concentração, às linhas de pesquisa e aos projetos

	Área de conc.		Linhas de pesquisa		Projetos de pesq.	
	Vinc.	Não vinc.	Vinc.	Não vinc.	Vinc.	Não vinc.
Todos os cadastros das IES com repetição de obras	2953	265	2835	383	1530	1688

**Fonte:** Sistematizado pelas autoras (2018), com base na CAPES (2017).

Esses dados trazem algumas dimensões que precisam ser problematizadas aqui. Se, por um lado, a vinculação apontada entre a obra e área de concentração e linhas de pesquisa nem sempre fica evidente nas produções (considerando-se título e conteúdo da obra), por outro, entre as obras não vinculadas às três dimensões possíveis (área, linhas e projetos), 34 tinham em seu título a indicação do tema (Serviço Social). Assim, nem sempre o fato de não ter vinculação não significava que a obra não se vinculava a nenhum desses itens, mas que, ao se cadastrar a informação, esse aspecto não foi registrado.

Sobre a presença de produções com temáticas que não guardam relação com as áreas de concentração e linhas de pesquisa, parece importante que se problematizem alguns pontos. Os programas de pós-graduação em Serviço Social contam com 49,4% doutores com formação em Serviço Social, os demais possuem formação em Sociologia, Educação, Antropologia, Economia, Ciência Política, Psicologia, História e Filosofia, entre outros cursos, distribuídos em 34 programas, sendo 23 em Serviço Social (67,6%), 6 em Política Social (17,6%), 3 em Políticas Públicas (8,8%) e 2 em Economia Doméstica (5,9%) (CAPES, 2017; GARCIA; NOGUEIRA, 2017).

Há uma presença importante de diferentes disciplinas na formação pós-graduada em Serviço Social. Entre a área de doutoramento e a produção de conhecimento, um aspecto precisa ser enfatizado: o que une os docentes que compõem os PPG's é a relação entre os projetos de pesquisa com a área de concentração e linhas de pesquisa de tais programas. A diversidade de temáticas traz consigo algumas indagações. Se, por um lado, 45 obras tinham no título a referência à área de conhecimento e à profissão (Serviço Social), identificamos obras cuja temática não guarda relação com a área de



concentração, linhas e projetos de pesquisa, como se pode apreciar na citação a seguir:

O manual tem a finalidade de promover a sensibilização ambiental sobre a importância da compostagem caseira por meio do sistema de digestão anaeróbia, que constitui uma prática sustentável de gestão integrada de resíduos sólidos domiciliares, de responsabilidades compartilhadas e conscientes e de cuidados com o meio ambiente como um direito para a conquista de uma melhor qualidade de vida.<sup>2</sup>

Além disso, verificamos também livros cujo conteúdo trata de questões específicas a outras áreas de conhecimento:

O que vai diferenciar bons profissionais de Educação Física não é a quantidade de conhecimentos que possuem, mas sim como vão usar esses conhecimentos na resolução de seus problemas profissionais que, via de regra, será de ministrar aulas de Educação Física seja nas escolas, nos clubes, nas academias, nos hotéis, nos hospitais ou em qualquer local que necessite de um profissional habilitado para atuar com os mais diferentes grupos de sujeitos: alunos, atletas, idosos, crianças, pessoas com deficiência, etc.

Esse debate deve ser feito de forma cuidadosa e coletivamente. O avanço do Serviço Social como área do conhecimento se deve muito à interlocução com as outras áreas do saber, as quais foram fundamentais para a superação da questão da endogenia do Serviço Social (cujo debate da Metodologia do Serviço Social é um exemplo). Não se pode voltar atrás nesse avanço. Os Grupos Temáticos de Pesquisa da ABEPSS<sup>3</sup> e as linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação em Serviço Social expressam a variedade das temáticas de pesquisa da área de Serviço Social no Brasil. Uma análise, ainda que breve, dos dados disponíveis na Plataforma Sucupira acerca das áreas de concentração e linhas de pesquisas dos programas demonstra que estes se orientam pelas seguintes temáticas: Serviço Social (fundamentos e trabalho profissional), a questão social e suas expressões, as respostas do Estado a essas expressões, as lutas sociais por acesso às políticas públicas e sociais, articuladas aos direitos sociais. Revela também os temas referentes ao campo das lutas contra as opressões sociais (gênero, etnia, geração e sexualidades) e as questões agrária, urbana e ambiental, entre outras. Concordamos com Kameyama (1998, p. 25), em seu debate crítico ao pragmatismo, quando afirma:

Algumas pesquisas buscam avaliar os modelos e/ou procedimentos técnico-operativos, objetivando subsidiar, direta ou indiretamente, a prática profissional. Embora se fale da utilidade ou função prático-social da ciência, o conhecimento verdadeiro é útil na medida em que, com base nele, o homem pode transformar a realidade. No entanto, é preciso considerar que a investigação social é instrumental para a transformação social, isto é, subsidia ou contribui para a transformação, mas não a realiza, porque não é sua função específica. É preciso estabelecer uma clara distinção entre a ação investigativa e a ação profissional. Por isso, o conhecimento é útil na medida em que é verdadeiro, e não inversamente, verdadeiro porque é útil, como afirma o pragmatismo.

Se é verdade que é “[...] preciso estabelecer uma clara distinção entre a ação investigativa e a ação profissional” (KAMEYAMA, 1998, p. 25), parece importante, diante dos temas da produção em livros da área de Serviço Social registrados na quadrienal (2017), estabelecer uma discussão que articule as duas dimensões do Serviço Social: como profissão interventiva e como área de conhecimento. A dicotomia entre essas duas dimensões pode levar a um falso debate no interior da comunidade acadêmica: o trabalho profissional (nos variados campos de intervenção) somente pode ser aprendido mediante a radical interpretação das mediações constituintes e constitutivas da vida social na ordem burguesa; a apreensão dessas mediações permite ao trabalho profissional uma atuação qualificada e propositiva tanto no atendimento aos cidadãos, via políticas sociais, quanto no apoio às lutas sociais. A unidade dialética dessas dimensões permite o fortalecimento da área de Serviço Social em nível disciplinar, e, ao mesmo tempo, a produção de conhecimentos, ao aprofundar o estudo das mediações vinculadas à ordem burguesa, contribui, em leque ampliado, com a luta pela emancipação humana<sup>4</sup>.

Somado a esse debate, há que considerarmos outros aspectos dessa produção, como a presença de editoras que não observam as boas práticas editoriais. Igualmente há que se pensar e debater, em relação à produção de livros, a perspectiva de ampliar a internacionalização, tanto em relação às parcerias com editoras de outros países como a publicação de capítulos em edições de âmbito internacional.

## **5 CONCLUSÃO**

É mister ampliarmos o debate sobre a produção do Serviço Social no sentido de qualificar e consolidar a área; ou seja, delimitar o que é produção do Serviço Social e no que é preciso investir para marcar a especificidade da área. Entender os desafios enfrentados pelos programas de pós-graduação para a produção de livros é um primeiro passo para decifrar algumas questões que permeiam este debate; um debate que possa se constituir como indutor da construção de uma outra realidade e como condição de consolidação dos programas em relação à avaliação de livros.

Além disso, a produção de conhecimento socialmente referenciado não pode ser feita em detrimento da qualidade da produção e de sua pertinência à área, expressa na relação com as áreas de concentração, linhas de pesquisa e os projetos vinculados à área.

A apropriação do processo de avaliação em todas as suas fases pelos docentes e discentes, ou seja, pelo programa em sua totalidade, é essencial, com vistas a partilhar de forma mais intensa as possibilidades de fortalecer a área e sua legitimação no campo da produção de conhecimento, sendo importante socializar as regras da avaliação, os seus objetivos, os critérios, indicadores etc. É possível que o domínio do sistema de avaliação resulte em melhores resultados tanto para a área como para os programas, em particular;

Concluindo, é fundamental marcar os limites futuros de manutenção do atual modelo de avaliação de livros, diante dos esforços e custos que esse modelo impõe aos programas, à área e aos professores envolvidos.

## **REFERÊNCIAS**

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Ata da 111ª Reunião do Conselho Técnico-Científico da CAPES. Brasília, DF, 2009.

\_\_\_\_\_. Relatório da Avaliação Quadrienal 2017: Serviço Social. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/relatorios-finais-quadrienal-2017/20122017-Servico-Social-quadrienal.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. Relatório trienal da área de Serviço Social 2007-2009. Brasília, DF, dez. 2010. Disponível: <<http://trienal.capes.gov.br/>>

wp-content/uploads/2011/01/SERVIÇO-SOCIAL-RELATÓRIO-DE-AVALIAÇÃO-FINAL-jan11.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2016.

FORTI, V.; GUERRA, Y. Na prática a teoria é outra? In: \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. (Orgs.). Serviço Social: temas, textos e contextos. coletânea nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 3-21.

GARCIA, M. L. T.; NOGUEIRA, V. M. R. Reflexões sobre a pós-graduação em Serviço Social no Brasil através do perfil dos docentes. *Katálysis*, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 145-164, 2017.

GUERRA, Y. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (Orgs.). A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012. p. 39-68.

\_\_\_\_\_. A instrumentalidade do serviço social. São Paulo: Cortez, 1999.

KAMEYAMA, N. A trajetória da produção de conhecimentos em Serviço Social: avanços e tendências (1975 a 1997). *Cadernos Abess*, São Paulo, n. 8, p. 33-76, 1998.

PONTES, R. Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social. São Paulo: Cortez; Belém, PA: Universidade da Amazônia, 1995.

SANTOS, C. M. Na prática a teoria é outra?: mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010.

SILVA, M. O. S.; CARVALHO, D. B. B. A pós-graduação e a produção de conhecimento no Serviço Social brasileiro. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, Brasília, DF, v. 4, n. 8, p. 192-216, dez. 2007. Disponível:<<http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/129/123>>. Acesso em: 3 maio 2017.

## **Notas:**

<sup>1</sup> Nessa mesma década, foram criados em 1975, no México, o Mestrado em Trabajo Social, e em 1977, em Honduras, o Maestría Latinoamericana en Trabajo Social, na Universidad Nacional Autónoma de Honduras (UNAH), com o apoio do Centro Latinoamericano de Trabajo Social (CELATS). Só duas décadas depois a Argentina teve seu primeiro mestrado (em 1992) (GARCIA; NOGUEIRA, 2017).

<sup>2</sup> Não constam as referências das duas citações desta página visto que identificariam o Programa de Pós-Graduação que enviaram estes livros, e não é nossa intenção identificá-los.

<sup>3</sup> Trabalho, Questão Social e Serviço Social; Política Social e Serviço Social; Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional; Movimentos Sociais e Serviço Social; Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social; Serviço Social: Relações de Exploração/

Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades; Ética e Direitos Humanos e Serviço Social.

- <sup>4</sup> Na produção de conhecimento em Serviço Social, vale destacar as pesquisas de Guerra (1999, 2012), Pontes (1995), Forti e Guerra (2010) e Santos (2010) – para citar alguns autores –, **que** tematizam o estudo do método dialético e sua instrumentalidade na relação entre teoria e trabalho profissional do Serviço Social.